

A importância do pensamento de Ruy Mauro Marini para interpretar a política externa entre o Brasil e a Bolívia.

Vanda Maria Martins Souto
vandammsouto@hotmail.com

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- Brasil

Resumo:

Este artigo procura resgatar as formulações de Ruy Mauro Marini a partir da categoria de *Padrão de Reprodução do Capital*, central para interpretar o *subimperialismo* no processo socioeconômico e político de duas realidades distintas: Brasil e Bolívia. O foco do artigo é analisar a política externa brasileira no continente, tendo em vista que a posição estratégica de hegemonia do Brasil no contexto latino-americano exige, antes de tudo, inseri-lo no âmbito mais restrito da América do Sul. Para tanto, busco responder a algumas questões nucleares: é possível afirmar que o Brasil exerce uma relação *subimperialista* em relação à Bolívia? Em que medida as relações internacionais desde o Brasil, como parte do processo de inserção na América Latina, ocupam um lugar de destaque no capitalismo mundial como forma de impulsionar seu papel de potência emergente? Qual o sentido das relações internacionais, considerando o desenvolvimento desigual e combinado do Brasil no âmbito da economia mundial? A segunda parte do texto é dedicada à análise da política externa brasileira para a Bolívia a partir dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty, no período dos governos Lula (2003-2010).

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini; subimperialismo; política externa brasileira.

Introdução

No momento em que escrevo este artigo, o Brasil passa por uma crise econômica, e uma grave crise política que interrompeu o ciclo dos governos do PT iniciado com a vitória eleitoral de Lula, em 2002. Um golpe institucional, seguido de vários golpes contra o direito da classe trabalhadora está em curso no país.

Considero que é parte do esforço do pesquisador engajado encontrar chaves interpretativas para a política externa brasileira e suas contradições. Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim, em discurso de posse, já apontava que o país deveria formar “*um espaço econômico unificado, com base no livre comércio e em projetos de infraestrutura*”, (AMORIM, 2012). O eixo prioritário do governo Lula, em sua política externa, seria a América do Sul. Importa para os objetivos deste trabalho compreender o *Padrão de Reprodução do Capital* para interpretar as relações socioeconômicas e políticas, tendo como ênfase a Bolívia.

O documento do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty) afirma que a política externa brasileira foi orientada pela concepção de que “*o Brasil deve assumir um papel crescente no cenário internacional, projetando sua imagem externa ativa e soberana*” (MRE, 2010, p. 18). As primeiras formulações têm como referências intelectuais vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT): Marco Aurélio Garcia (2010), Samuel Guimarães (2006), além de Celso Amorim (2011), Ministro das Relações Exteriores do governo Lula. (FIORI, 2013; VISENTINI, 2010).

O objetivo do artigo é compreender a dinâmica da economia brasileira (2003-2010), particularmente em sua interface na América do Sul, como parte do estudo de tese de Doutorado em Ciências Sociais da UNESP, em que busco interpretar a política externa do governo Lula e como conformou uma determinada relação socioeconômica e política, isto é, o *subimperialismo* no contexto regional da América do Sul.

Para tanto, recorro às categorias analíticas em Ruy Mauro Marini, averiguando o *Padrão de reprodução do Capital* e a relação do Brasil sobre os países de capitalismo periférico. Assim, levanto os seguintes questionamentos: é possível afirmar que o Brasil exerce uma relação *subimperialista* em relação à Bolívia? Em que medida as relações internacionais desde o Brasil, como parte do processo de inserção na América Latina, buscam ocupar um lugar de destaque no capitalismo mundial como forma de impulsionar seu papel de potência emergente?

Na primeira seção, analiso a política externa dos governos Lula, especialmente em relação à Bolívia, evidenciando as tendências, os conflitos e as contradições da política adotada pelo governo brasileiro por meio do fortalecimento das multinacionais e o papel do BNDES, que liberou, entre 2003 e 2015, US\$ 14 bilhões para 575 projetos no exterior em 11 países na África e na América Latina¹.

Na segunda seção, recorro às formulação de Ruy Mauro Marini e seus intérpretes sobre o *Padrão de Reprodução do Capital*, voltando à análise dos documentos do Arquivo Histórico do Itamaraty e dos estudos disponíveis no Instituto Rio Branco, orientada pela seguinte indagação: é possível o Brasil exercer uma relação *subimperialista* sobre a Bolívia?

Para efeitos conclusivos apresento *os limites da política externa na América Latina, com ênfase na Bolívia*, procurando demonstrar o sentido das relações internacionais brasileiras, em vista do avanço das forças capitalistas na América Latina, e observando a articulação desigual e combinada com a economia mundial e o cenário político que se forma.

¹ Em seu livro publicado recentemente, Fábio Zanini procura demonstrar como se materializava o financiamento das empreiteiras com o dinheiro do BNDES (ZANINI, 2017, p. 11).

1. As relações internacionais Brasil e Bolívia

Nessa seção, exponho brevemente a análise sobre as relações internacionais do Governo Lula. Para tanto, adoto como percurso investigativo até onde foi possível uma política de integração energética bilateral por meio do gás natural, tendo como foco a política adotada no processo de integração socioeconômica e política entre Brasil e Bolívia. Assim, busco avaliar o impacto dos empreendimentos hidroelétricos do rio Madeira sobre as relações bilaterais, com base na experiência brasileira na bacia do Prata, além das ações de política externa para sua consolidação, no contexto do avanço das relações internacionais brasileiras na América do Sul. Tomo como objetivo avaliar o crescimento econômico boliviano a partir de fonte de energia renovável, que visava promover a diversificação da matriz energética boliviana, na época concentrada em hidrocarbonetos, e o aprofundamento das relações entre os dois países (FRANÇA, 2005, p. 34).

Para tanto, é preciso observar a matriz da política externa no governo Lula e, em destaque, as principais diferenças em relação do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conforme abaixo:

1) de caráter conceitual, localizava-se na negação, por parte do governo Lula, ao caráter neoliberal que orientou os governos anteriores nas relações com a América do Sul; 2) de caráter político, estava na restituição do papel do Itamaraty e sua autonomia, no governo de FHC havia favorecimento da diplomacia presidencial; 3) a de caráter estratégico, baseada na inflexão da política externa brasileira, consubstanciada na tentativa do governo Lula em anular as investidas dos EUA na região, processos que já vinham ocorrendo desde o governo FHC quando o mesmo recusou-se a aderir à ALCA e ao Nafta, iniciativas lentamente abandonadas em favor da integração sul-americana (COSTA, 2011).

Além das mudanças na política interna, o projeto da política externa brasileira apresenta novas diretrizes, quando a prioridade passou a ser *“uma forte aproximação com os 12 países que integram a América do Sul, dez dos quais fazem fronteira com o Brasil”* (GARCIA, 2010, p. 159).

Desse modo, é necessário destacar que a aproximação se justifica pelo grande potencial energético da região, reservas minerais, capacidade de produção de alimentos, reservas aquíferas e sua biodiversidade *“até agora pouco explorada”* (GARCIA, 2010, p. 160). Os países da América do Sul também representavam um grande mercado consumidor e as políticas do governo Lula apontavam para a redução da pobreza e das desigualdades (GARCIA, 2010, p. 161).

Nas formulações de Garcia, a ascensão internacional do Brasil estaria relacionada às mudanças em curso no país como era o caso da política econômica que combinava *“o crescimento econômico com forte distribuição de renda – a volta do desenvolvimento -, controle da inflação, redução da dívida interna/PIB”* (GARCIA, 2010, p. 158).

A Bolívia atravessava naquele momento um contexto de avanço neoliberal, instabilidade política e conflitos sociais; é iniciada a gestão de Carlos Mesa que se caracterizou pelo enfraquecimento generalizado das instituições do Estado, e levou à sua renúncia em 9 de julho de 2005, menos de vinte meses após assumir o cargo². Nesse ínterim, e baseado nos termos da Constituição boliviana, assume o Presidente da Corte Suprema de Justiça, Eduardo Rodríguez Veltzé³, em seu breve mandato que findou em 22 de janeiro de 2006, quando se dá a posse de Evo Morales Ayma. (FRANÇA, 2005, p. 129-130).

Desse modo, para entender o processo na Bolívia de intensas lutas dos indígenas e trabalhadores contra as políticas de austeridades, bem como a vitória eleitoral de Evo Morales, analiso as estratégias para a materialização da coalizão de forças políticas em torno do MAS, as intervenções políticas, que se refletiam nas disputas institucionais, a resistência popular e os conflitos internos na Bolívia. Qual o papel do MAS nos enfrentamentos entre “cocaleros” e os governos que antecederam a chegada de Evo Morales em 2006 à Presidência da República? Na Bolívia os “cocaleros” sempre tiveram uma atuação política de enfrentamento ao governo de Chapare. Sánchez de Lozada sempre atuou com o rigor para dobrar o movimento, além da estratégia de isolamento de Evo Morales, como indica abaixo⁴:

(...) bloqueio de estrada na região do Chapare, Departamento de Cochabamba, onde estão concentradas as plantações ilegais de coca. Apesar de o tráfego na estrada de La Paz–Santa Cruz, que passa pela região, ter diminuído cerca de 90%, o movimento dos “cocaleros” não ameaça, até o momento, o abastecimento das cidades, como ocorreu em 2000, durante a “Guerra da Água”. O Movimento ao Socialismo (MAS), Partido do líder “cocalero” e deputado Evo Morales, declarou-se disposto a retomar o diálogo com o governo, na condição de que as negociações incluam outros setores “que tienen conflicto en el país” como aposentados, sem-terra e professores. Sánchez de Lozada, no entanto, permanece inflexível em sua política de não negociar sob pressão e “pisar fuerte” no Chapare.

(...) A estratégia do Governo, de isolar Evo Morales, poderá ver-se prejudicada pela repercussão que venha a ter triste acidente rodoviário em que faleceram 11 aposentados, que haviam viajado à cidade altiplânica de Calamarca para protestar contra o baixo valor de suas pensões. A polícia obrigou-os a abordar o ônibus que os traria de volta a La Paz e que se acidentou. Os líderes dos pensionistas atribuem ao Governo a responsabilidade pelas mortes, ocorridas justamente após o embarque de Sánchez de Lozada para o Quito, quando anunciara que a situação estava sob controle (...) os enfrentamentos continuaram ocorrendo na região do Chapare (Janeiro, 2003 – AHI).

² Para as Nações Unidas, o governo de Carlos Mesa foi “un tiempo de recuperación precaria de la paz y la estabilidad institucional en Bolivia”. (PNUD, 2004, p. 4).

³ Na opinião de analistas políticos, o Presidente Rodríguez Veltzé teve o mérito de utilizar seus poucos meses de mandato para conduzir o país a novo processo eleitoral de maneira equilibrada, apartidária e frequentemente caracterizada por uma firmeza que Carlos Mesa não lograra demonstrar.

⁴ Telegrama. Nr. 00054, La Paz, 16/01/2003, Caixa 45, Arquivo Histórico do Itamaraty: Bolívia. Política Interna. Enfrentamento no Chapare.

No entanto, pode-se perceber como se materializavam as tensões políticas entre os grupos como indicado: *“apesar dos apelos dos “facilitadores” de negociação, como a Igreja Católica e a Defensoria do Povo, Sánchez de Lozada mantém-se irredutível em sua posição de não negociar enquanto os bloqueios continuarem”* (Janeiro, 2003 – AHI). Além das demandas dos “cocaleros”, Evo Morales acrescentava a inclusão na pauta de outras questões referentes ao direito dos trabalhadores, como dos aposentados⁵:

(...) Evo Morales insiste em incluir outros temas além da coca, como a questão dos aposentados, embora representantes deste movimento de aposentados tenham apenas um interesse, ao contrário de outros movimentos sociais (...) agrava-se a confrontação com os “cocaleros”, a situação parece haver chegado a um impasse, uma vez que nem o governo aceita negociar enquanto houver bloqueios, nem os “cocaleros” mostram-se dispostos a permitir o trânsito nas estradas. Evo Morales está elevando perigosamente o tom de seus ataques ao governo. (...) chegou a declarar que sua intenção é “acabar com a ditadura de Goni”. O líder “cocalero” não parece importar-se com o fato de que se está colocando em rota contrária à tendência predominante no continente de respeito absoluto às normas democráticas e constitucionais (Janeiro de 2003 – AHI, grifos meu).

Nesse sentido, a luta contra os planos do governo de avanço das políticas neoliberais de retirada do direito dos indígenas e trabalhadores foi central para as derrotas dos governos anteriores. Na verdade, houve uma conjugação de desgastes políticos dos setores que apoiavam os pactos governamentais e uma articulação de esquerda em torno do projeto do MAS liderado por Evo Morales, explicando sua vitória eleitoral em 16 de dezembro de 2005.

Ao assumir o governo, Evo Morales tinha determinação política em conduzir reformas legais no âmbito institucional. Tais reformas conferiram relevo ao reconhecimento da diversidade étnico-cultural do povo boliviano, ao papel dos “movimentos sociais” e à supremacia do Estado sobre as demais organizações econômicas (FRANÇA, 2015, p. 137). Com a vitória eleitoral em 2006, o quadro regulatório do setor elétrico – até então regido pela Lei 1.604, de 21 de dezembro de 1994, foi alterado: *três diplomas legais, a saber, o “Plano Nacional de Desenvolvimento (PND”, de 2006, o “Plano de Desenvolvimento Energético 2008-2027 (PDE)”, e a Constituição Política do Estado (CPE), em 2009* (FRANÇA, 2015, p.137).

⁵ Telegrama. Nr. 00061, La Paz, 17/01/2003, Caixa 45, Arquivo Histórico do Itamaraty: Bolívia. Política Interna. “Enfretamento entre Governo e cocaleros”.

Em 16 de junho de 2006, o governo eleito anunciou o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): *por Bolivia digna, soberana, productiva y democrática para Vivir Bien*.⁶ que tinha como objetivo retomar a matriz econômica dos “setores estratégicos” pelo Estado, de alterar o padrão primário-exportador e reverter as desigualdades sociais no país. Na análise tomo como eixo da política externa Brasil e Bolívia o PND, os interesses afirmados entre os dois países. No tocante ao setor elétrico, o Presidente eleito enuncia que a capitalização das empresas públicas bolivianas, nos anos 1990, não resultou em aumento significativo da infraestrutura nem ampliou a cobertura do fornecimento de eletricidade, sobretudo para os chamados “sistemas isolados” e para zonas rurais da Bolívia. Desse modo, para sanar os problemas, o PND propõe quatro diretrizes políticas setoriais, conforme indica França (2015):

i) desenvolver a infraestrutura elétrica para atender às necessidades internas e gerar excedentes com a exportação de eletricidade; ii) incrementar a cobertura do serviço elétrico nas áreas urbana e rural para atingir a universalização do acesso à eletricidade; iii) garantir a soberania e independência energéticas; e iv) consolidar a participação do Estado no desenvolvimento da indústria elétrica com soberania e equidade social. (FRANÇA, 2005, p. 138-139).

Nesta direção, a política externa brasileira, que sempre teve um vetor para o desenvolvimento econômico e social na região, via na Bolívia uma matriz elétrica com predominância de fonte renovável, o que abria uma possibilidade concreta de construir usinas hidroelétricas para exportar para o Brasil, e havia interesse entre os governos Lula e Evo Morales como indica o trecho:

(...) iniciando-se com a binacional do rio Madeira e em seguida pela hidroelétrica de Cachuela Esperanza, tem uma grande diferença e vantagem em relação ao Gasoduto, qual seja, construída a central hidroelétrica, são cerca de cinquenta anos de produção de energia sem necessidade de novos investimentos, sem a necessidade de investir em prospecção e exploração de novas reservas. Pelo lado brasileiro, além das vantagens políticas e diplomáticas de que o desenvolvimento econômico e social garanta a estabilidade política do país vizinho, poderá ampliar a oferta de energia de fonte limpa, renovável, sustentável e barata para o crescente mercado elétrico brasileiro. (FRANÇA, 2015, p. 14).

Desse modo, as relações entre Brasil e Bolívia passaram a ser conflituosas, ou seja, ao regular a exploração dos hidrocarbonetos, o nacionalismo indigenista defendido pelo Movimento ao Socialismo (MAS)⁷, a partir do governo de Evo Morales, levou ao ápice o processo de revisão legal

⁶ Lançado em 2006, o documento foi aprovado em 12 de setembro de 2007, por meio do Decreto Supremo N° 29272. Fonte: INE (Instituto Nacional de Estadística de Bolívia). Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/pdf/PND/00.pdf>>. Acesso em: 31 agosto, 2017.

⁷ O movimento indígena surgia com força política nas disputas no cenário político boliviano (LAMPREIA, 2006, p. 311).

iniciado durante o governo de Carlos Mesa (2003-2005). Em 18 de julho de 2004, a população boliviana foi convocada a participar de plebiscito⁸ “vinculante”, onde a maioria do eleitorado aprovou as iniciativas de:

i) revogar a vigente lei de hidrocarbonetos (lei 1.689, de 30 de abril de 1996); ii) recuperar, para o Estado, a propriedade dos hidrocarbonetos na boca de pozo; iii) reverter a privatização da YPFB, decretada nos anos 1990; iv) elevar os tributos incidentes sobre a produção de hidrocarbonetos; e v) exportar o gás natural dentro de uma política que também garanta o abastecimento interno e fomento à industrialização. As decisões tomadas pela população foram então incorporadas à nova lei de hidrocarbonetos (Lei 3.058), aprovada pelo Parlamento boliviano em 19 de maio de 2005, a despeito das dificuldades experimentadas pelo Presidente Mesa em conciliar os interesses das empresas petrolíferas com as reivindicações dos movimentos sociais (FRANÇA, 2015, p. 74-75).

A aprovação da Lei 3.058, regulamentando a exploração dos hidrocarbonetos, determinou que os 76 contratos assinados de empresas privadas com o Estado boliviano, ao amparo da Lei 1.689/96, deveriam se adequar às novas regras no setor no prazo de 180 dias. A mudança adotava como norma legal a criação de imposto adicional⁹, com alíquota de 32%, incidindo sobre a produção de gás e petróleo medida no ato de extração de gás, e não mais no ponto de distribuição, como previsto na legislação desde 1996. Incluindo os royalties de 18%, os tributos atingiam o teto de 50%. Portanto, pode-se afirmar que a Lei 3.058 marcou o retorno da Bolívia ao nacionalismo econômico¹⁰ (FRANÇA, 2015, p. 75). É importante destacar no primeiro governo de Evo Morales a conclusão do processo de nacionalização de hidrocarbonetos.

No ano de 2005, já era visível a recuperação do Estado no aproveitamento do gás natural visto como necessário por setores da sociedade boliviana. O Embaixador do Brasil em La Paz Antonino Mena Gonçalves¹¹, no ato de apresentação do Relatório de Gestão¹² enviado à Secretária do Estado, enfatiza:

A ofensiva contra as empresas estrangeiras e contra o marco regulatório vigente foi generalizada. O governo, os partidos políticos, os movimentos sociais, os tribunais, os meios de comunicação, os analistas, todos contribuíram, em maior ou menor medida, para criar um clima adverso à situação vigente no setor de hidrocarbonetos. A percepção generalizada que se foi criando era de que o país, como já ocorrera ao longo de sua história, havia sido novamente espoliado, que as

⁸ O referendo popular também decidiu que o gás natural seria utilizado pelo governo como “recurso estratégico” nas negociações internacionais, com vistas a obter uma saída “útil e soberana” ao oceano Pacífico. Em artigo intitulado “Un referendo para la historia”, publicado na edição de 27 de julho de 2014 do jornal pacenho Página Siete, o ex-Presidente Carlos Mesa avaliou os resultados daquele processo de consulta. Íntegra do texto pode ser consultada em: <<http://www.paginasiete.bo/opinion/2014/7/27/referendo-para-historia-27767.html>>. Acesso em: 06 set. 2017.

⁹ O Imposto Direto aos Hidrocarbonetos, IDH.

¹⁰ Segundo Everaldo Andrade (2007), Evo Morales e Garcia Linera parecem ensaiar um neodesenvolvimentismo, ou como preferiu chamar Linera, um “capitalismo andino” marcado pelo respeito aos grandes proprietários mesclado com doses de intervencionismo estatal e comunitarismo indígena (ANDRADE, 2007, p.34).

¹¹ Foi embaixador do Brasil em La Paz, no período de 17 de julho de 2003 a 9 de setembro de 2006.

¹² Ofício 072, de 9 de setembro de 2006, da Embaixada em La Paz, Arquivo Histórico do Itamaraty.

empresas não pagavam seus impostos e que o povo não se beneficiaria da riqueza do gás. O que se pedia, com diferentes matizes, mas com concordância em termos de objetivos gerais, era a alteração da legislação para aumentar a carga impositiva e realizar um processo completo, ou incompleto, de nacionalização do setor (AHI, 2006).

2. O Padrão de Reprodução do Capital e o subimperialismo no governo Lula

*Eu tenho feito apelos e mais apelos para os empresários
brasileiros que investem em países africanos.
Que tenham um comportamento diferenciado, para o
Brasil não ser tratado como um país imperialista.*

Luis Inácio Lula da Silva

Neste item, analiso o *Padrão de Reprodução do Capital* no sentido de averiguar até que ponto o Brasil exerceu uma relação *subimperialista* para a Bolívia. Para tanto, recorro aos estudos de Ruy Mauro Marini. No ano de 1979, em seu artigo *O ciclo do capital na economia dependente*, Marini (2012) apresenta ao debate o problema da cisão entre as fases do ciclo do capital, demonstrando como a *dependência* nas esferas tecnológica e financeira, assim como a persistência da *superexploração* da força de trabalho, faz com que se perpetue a subordinação dos países dependentes à divisão internacional do trabalho. Ou seja, a análise de Marini partia das formulações desenvolvidas por Max no volume II de *O Capital* sobre o ciclo do capital numa economia dependente. Marini atualiza e desenvolve em um nível mais concreto, a saber, a dinâmica econômica das economias dependentes daquele momento (MOTA FILHO, 2017 p. 36).

Marini analisou a categoria dependência e evidencia o que entende por uma “economia dependente”: “*tenho em vista a forma atual que essa assumiu depois que, em seu seio, se conformou um setor de produção para o mercado interno*” (MARINI, 2012, p.21). Desse modo, não se trata de analisar a economia dependente como um “tipo ideal”, mas levando em consideração as relações socioeconômicas que o desenvolvimento do capitalismo gerou nessas economias. Entretanto, com o processo de industrialização na região via substituição de importação, “*a dinâmica da economia dependente já não era ditada externamente, e seus elementos internos desempenhavam um papel crescente*” (MOTA FILHO, 2017, p. 38).

Posteriormente, Jaime Osório (2012) desenvolveu de forma mais aprofundada a categoria Padrão de Reprodução do Capital:

surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como nas semiperiferias e na periferia, ou em regiões do interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose nas passagens pela esfera da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro incrementado), integrando o processo de valorização

(incremento do valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específicos (...) assim como as contradições que esses processos geram.

A categoria do padrão de reprodução estabelece, assim, mediações entre os níveis mais gerais de análise (modo de produção capitalista e sistema mundial) e os níveis menos abstratos ou histórico-concretos (formação econômico-social e conjuntura). Dessa forma, se alimenta dos aportes conceituais e metodológicos presentes nos níveis mais abstratos, mas exige aportes conceituais e metodológicos que lhe são próprios (OSÓRIO, 2012, p. 41).

De acordo com esse autor, a reprodução do capital assume formas diversas nos diferentes momentos históricos do capitalismo, o padrão de reprodução do capital também permite interpretar essas formas específicas e historicizá-las, isto é, compreender os elementos que permitiram a ascensão e auge de determinado padrão e o declínio do outro e a fase de transição entre eles (OSÓRIO, 2012, p. 41).

Na análise, destaco o papel do Estado brasileiro a partir das multinacionais que operavam na Bolívia para interpretar a *superexploração*. Segundo Marini, para garantir a *superexploração* são necessários elementos “extraeconômicos” e compreender o papel do Estado no capitalismo dependente, pois o Estado facilita a penetração de empresas estrangeiras, cujos parâmetros operacionais (composição orgânica do capital, por exemplo) se estabelecem de acordo com os países centrais, o que gera um exército industrial de reserva em grandes proporções. Portanto, essa seriam explicações para situar historicamente a grande massa de subempregados nas economias dependentes (MOTA FILHO, 2017, p. 42). Para tanto, Marini observa que esse exército industrial de reserva “*pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores*” (MARINI, 2012, p. 31).

Além do exército de reserva a partir da penetração de empresas estrangeiras, o Estado burguês age diretamente a partir dos instrumentos jurídicos para desmontar os sindicatos e partidos políticos, restringindo o direito de greve e de manifestação, além da alteração da legislação trabalhista com o objetivo de comprimir os salários dos trabalhadores e aumentar a acumulação de capitais (MOTA FILHO, 2017, p. 42).

Em virtude dos limites do artigo, destaco reflexões de síntese sobre a política externa brasileira para a Bolívia, como em Marco Aurélio Garcia, para quem o Brasil exercia papel central no avanço da integração regional:

O fato de ser maior impõe ao Brasil maiores responsabilidades. Por ter compreendido e assumido essas responsabilidades diferenciadas é que o governo brasileiro se portou adequadamente em seu relacionamento com a Bolívia, quanto à questão do gás, ou com o Paraguai, a respeito do uso da energia elétrica, para criar dois episódios com grande repercussão e alvos de incompreensão e da oposição de alguns (GARCIA, 2010, p. 163).

Garcia aponta que a integração regional exige do Brasil o exercício de poderes sobre a região de modo a garantir convergência das políticas dos demais países rumo à integração. Desse modo, pode-se apresentar diferentes formas de exercício de poder: em primeiro lugar, por sua política de expansão e assimétrica ou por meio de algum tipo de cooperação entre os países envolvidos caracterizado por Padula de “liderança hegemônica” (PADULA, 2011, p. 215). Em nossa interpretação, é esse o papel exercido pelo Brasil na América do Sul durante o governo Lula, conforme se lê em Celso Amorim:

Entre as dimensões do poder, está o desejo de exercer o poder. Se não houver esse desejo – não é dominar; é você falar, ter influência, contribuir para a solução de questões – todas as condições objetivas podem estar dadas, mas não valerão de muito. Essa é também uma das características da atual política externa do presidente Lula: há um desejo de exercer o poder. Poder é uma palavra muito pesada, dar a impressão que você vai desembarcar com tropas ou impor sanções econômicas. Não é isso. Estou falando de exercer sua influência positivamente. Em geral temos feito isso. Foi assim em relação à Venezuela e à Bolívia (AMORIM, 2011, p. 34).

3. Guisa de conclusão: limites da política externa brasileira para América do Sul, com ênfase para a Bolívia

Para compreender a política externa do governo Lula, é preciso situar o período, cuja marca é o modelo “neodesenvolvimentista” na América Latina com ascensão e queda de dois “ciclos” mais ou menos definidos: se por um lado, o neoliberalismo representou um avanço da burguesia sobre a classe trabalhadora latino-americana, por outro lado, a resistência popular tomou as ruas, jovens, estudantes, indígenas, sem terra, funcionários públicos, intelectuais, desempregados e outros setores se destacaram no combate ao neoliberalismo; e tem início o ciclo do que chamamos de “social-liberalismo”, que se inicia com a eleição de Chávez em 1998.

Neste breve artigo, ao compreender a política externa do governo Lula face ao capitalismo mundial, aponto a reflexão sobre o processo de integração regional como um elemento de resistência ao imperialismo; e ressalto as diferenças quanto aos tipos de integração: uma que procura impulsionar elementos populares e anticapitalistas, e outra que procura imprimir a inserção dos países no capitalismo. Na análise em curso, é dado a perceber que a política externa do governo Lula em relação a América do Sul se enquadra nessa segunda perspectiva.

Como trata-se de um artigo, podem-se apontar algumas conclusões, a partir das formulações de Celso Amorim ou seu assessor Marco Aurélio Garcia, ou dos documentos do AHI e do BNDES. É possível observar que a América do Sul é o centro da política externa brasileira que deve ser articulada política e economicamente a partir do Brasil: isto é, a partir do capital brasileiro e das formulações do governo Lula.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso. *Discurso de Posse*. Disponível em: <www.uol.com.br>. Acesso em 11 de Agosto de 2017.

_____. *Coversas com jovens diplomatas*. São Paulo: Benvirá, 2011.

CAMARGO, Alfredo Jose Cavalcanti Jordão de. *Bolívia - A Criação de um Novo País a Ascensão do Poder Político Autóctone das Civilizações pré-Colombianas a Evo Morales*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

FRANÇA, Carlos Alberto Franco. *Integração elétrica Brasil-Bolívia: o encontro no rio Madeira*. Brasília: FUNAG, 2015.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo – A política externa em um momento de transição. In: SADER, Emir; GARCIA (Orgs). *Brasil entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Perseu Abramo e Boitempo, 2010.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *A Bolívia foi riscada do mapa como fonte de recursos energéticos*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

MARINI, Ruy Mauro. *A crise do desenvolvimentismo*. In: CASTELO, Rodrigo. *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro. Pão e Rosas, 2010.

_____. *O ciclo do capital na economia dependente*. In: FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias; OSORIO, Jaime. *Padrão de Reprodução do capitalismo: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo. Boitempo, 2012. p. 21-35.

_____. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Tradução: Fernando Correa Prado e Maria Machado Gouvêa. 5ª edição. Florianópolis: Editora Pátria Grande, 2013.

_____. *La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo*. In: Cuadernos Políticos, v. 12, 1977.

MOTA FILHO, Antonio Vogaciano Barbosa. *Subimperialismo e Dependência no Governo Lula (2003-2010)*. 2017.143f. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PADULA, Raphael. Uma concepção de integração regional, papel da infraestrutura e ocupação dos espaços. In: D'arc Costa (Org). *América do Sul: Integração e Infraestrutura*. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2011, v.1, p. 209-300.

PNUD. *Informe de Desarrollo Humano 2004: interculturalismo y globalización. La Bolivia posible*. La Paz, março de 2004.